

PARA A HISTÓRIA DAS IDÉIAS NO BRASIL:
A PLATAFORMA DA NOVA GERAÇÃO (1945).
(Traços do Pensamento Radical) (*).

CARLOS GUILHERME MOTA

Disciplina: História Contemporânea.

“Creio conveniente acentuar que moro na cidade de São Paulo, e que os esboços de caráter geral, a propósito da elite intelectual da nova geração brasileira, têm suas bases mais sérias na observação dos grupos paulistas. Mas o conhecimento, mesmo superficial, dos centros mais importantes da inteligência nacional — Rio, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Bahia, — permite constatar que os traços fundamentais dos problemas sobretudo ideológicos, da nova geração, são os mesmos.”

Paulo Emílio (1944).

“E depois das memórias vem o tempo trazer novo sortimento de memórias, até que, fatigado, te recuses e não saibas se a vida é ou foi”.

C. Drummond de Andrade, na
Rosa do Povo.

Em 1945 surgia *Plataforma da Nova Geração*, obra-gêmea de *Testamento de uma Geração*, coleção de depoimentos coordenada por Mário Neme. Os depoimentos, publicados também em *O Estado de São Paulo*, estimulador da iniciativa, foram colhidos junto a vinte e nove intelectuais que estavam por volta dos trinta anos (1).

(*) — Sub-capítulo do livro *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. *Pontos de Partida para uma Revisão*. São Paulo, Editora. Ática, (no prelo).

(1) — Mário Neme (coord.), *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, Globo, 1945. Coleção Autores Brasileiros, vol. II. O inquérito foi realizado de meados de 1943 a princípios de 1944. Não entraremos no mérito dos critérios apontados para a seleção dos entrevistados (data de estréia, idade, atividade acadêmica, jornalística etc.), de resto não claramente explicitados. De Rubem Braga a Mário Schenberg, nele encontram-se figuras expressivas por suas posições.

Naquela época de tentativas de reabertura, pode-se registrar, inclusive na própria nota introdutória de Mário Neme, a dificuldade de romper com as limitações impostas durante o Estado Novo à liberdade de pensamento e expressão. Os depoimentos de Edgar de Godói da Mata-Machado, Paulo Emílio de Sales Gomes, Antônio Cândido e Mário Schenberg trazem consigo alguns elementos teóricos novos para se estabelecer parâmetros diferenciados dos anteriores na história das ideologias no Brasil: tais elementos, sem serem propriamente revolucionários, inscrevem-se na vertente radical das ideologias do período da Segunda Guerra Mundial. E são representativos de um quadro mais amplo de referências, inclusive se se levar em conta as origens dos entrevistados: mineira (Mata-Machado), paulista (Paulo Emílio), carioca, de formação mineira e paulista (Antônio Cândido), pernambucana (Mário Schenberg).

Vale registrar, neste passo, a indução relativa contida no próprio inquérito elaborado por Mário Neme (muito provavelmente assessorado por Sérgio Milliet e Edgard Cavalheiro), sobretudo na preocupação em saber

“se os escritores moços do Brasil de hoje têm ou não consciência dos problemas mais orgânicos da cultura brasileira”, (p. 8).

A noção de cultura brasileira resurge, aí, elaborada, cristalizada; os coordenadores do inquérito dão-na como acabada, e não como problema. Ao invés de se colocarem o problema de saber se existe uma cultura no Brasil; ou quais as concepções em vigência; ou em que medida há traços de classe na produção cultural (lembremo-nos que se está vivendo, contemporaneamente, a ruptura de Mário de Andrade, o que deve ter provocado um abalo na intelectualidade mais próxima, a julgar pelas palavras de Edgard Cavalheiro no *Testamento*), dá-se por fechada a questão. Os intelectuais

“têm ou não consciência dos problemas mais orgânicos da cultura brasileira”?

eis a pergunta que pressupõe o círculo fechado em que se encerra a noção. Claro que o simples fato de ser o questionário liberalmente dirigido a intelectuais de (quase) todos os quadrantes (2) pressupõe a

(2). — De qualquer forma, uma certa concepção de intelectual está em vigência, nos inquéritos. É de crer-se que no mundo do trabalho, sobretudo nas esquerdas, houvesse outros tipos de “intelectual” mais ligados à “cultura do P.C.”, ou às atividades anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, obviamente.

existência de posições diversas, e até mesmo antagônicas; o que se pretende registrar, todavia, é o tratamento acabado, dispensado não às divergências, mas ao próprio conceito: o conceito de *cultura brasileira*, outorgado de uma “geração” à outra.

*

A preocupação para com a continuidade do processo cultural aparece subjacente, nas perguntas de base do inquérito, ao se procurar saber se a “nova geração” encontrou “grandes problemas não solucionados pelas gerações passadas”, ou se estava ocorrendo “desajustamento entre a produção das gerações passadas e os problemas que atingiram os moços intelectuais de hoje”. Texto de crise, não deixaria de conter as expressões apocalípticas de praxe para caracterizar o momento: “confusão de valores”, “desorientação”, “competição”, “inquietação”, “guerra”. . . Mas em meio a expressões tão vagas, repontam pelo menos três indícios da existência de um novo quadro de referências em que, embora marcado pela noção já apontada de “cultura brasileira”, *política* e *ideologia* parecem adquirir nova perspectivação na abordagem do fato cultural. O primeiro deles repousa na indicação textual feita por Neme aos possíveis tipos de desorientação dos moços: poderia ela estar no campo das idéias, da arte, da estética, da ciência e também . . . da *ideologia*. O segundo, ainda na abertura do inquérito, relaciona-se com a orientação a ser tomada pela “nova geração” no “terreno das idéias”; mas o que se deve registrar como fato novo é a referência não só aos “intelectuais” mas também ao “povo”; numa palavra, a questão já não aparece restrita apenas aos estamentos intelectuais como questão retórica: esta categoria — um tanto embaçada —, o “povo”, surge nos horizontes. O terceiro indício reponta na preocupação em se encontrar uma diretriz comum nas múltiplas manifestações de inquietação dos novos (“ou há apenas competição?”); ao que parece, a conotação é explicitamente *política*, de vez que a pergunta aparece centrada na inconciliabilidade, ou não, entre “as doutrinas dominantes e os anseios de cada escritor da nova geração”.

A “região” escolhida é a da polêmica com as “doutrinas dominantes”, e o convite como que encaminha as respostas para a negação da ordem vigente. Inquérito angulado, pois, e elaborado no sentido de buscar-se bases teóricas para a derrubada do Estado Novo. Nas brechas desse inquérito liberalmente concebido insinuam-se formas de pensamento radical de autores que iriam marcar, com suas trajetórias e reflexões, a produção intelectual entre nós.

*

*

*

1. — UMA GERAÇÃO POLÍTICA.

“A moderna geração intelectual é política para livrar-se da política”.

E. da Mata-Machado.

Quando participou do inquérito, Edgar da Mata-Machado era um dos líderes da intelectualidade jovem de Minas Gerais. Nascido em 1913, teve a primeira fase de sua vida intelectual marcada pelos estudos no Seminário de Diamantina, sua cidade natal. Abandonou posteriormente o seminário, trazendo uma bagagem de filosofia considerável; cursando a Faculdade de Direito de Minas Gerais, voltou-se para o jornalismo, chegando a redator-chefe de *O Diário*, de Belo Horizonte.

Mata-Machado ataca, de saída, a noção de geração. “O assunto tem empolgado a muito Thibaudet”. Para ele, não são as fronteiras de idade que definem o contorno de uma geração,

“mas a ‘situação’, nos mesmos grupos, de pessoas de mais ou menos a mesma idade”.

E conclui:

“Rigorosamente, não há gerações, há grupos. Formam-se os grupos em torno de um modo comum de considerar os problemas que atenuam uma época” (p. 269).

E, coerente com essa posição, passa a falar a partir de sua vivência concreta no meio de um grupo de jovens católicos, adolescentes apenas, quando eclodiu 1930.

O ataque seguinte surge na consideração do estilo do próprio inquérito coordenado por Neme:

“Vejo que o presente inquérito tem feito e propósitos literários. E é justamente aí que encontro a primeira nota diferencial entre a nossa geração e a que precedeu. A geração anterior à nossa, foi, de regra, uma geração literária. Seu apego, ainda hoje, ao modernismo, seu esforço ininterrupto por catequizar o povo, para a compreensão desse movimento que sem dúvida se realizou em outras manifestações de arte, mas que foi, antes do resto, uma revolução nas letras são os marcos divisórios visíveis, entre as duas gerações” (*idem*).

Não esperando da simples “defesa do modernismo” a solução dos problemas de sua geração-grupo, Edgar da Mata-Machado passa a definir sua geração como uma “geração política” (p. 270). Ao contrá-

rio da geração de 22, por ele caracterizada como “uma geração de deseducados políticos”. E que por essa razão

“não soube preparar um ambiente de liberdade para a nova geração” (p. 270).

Mergulhado no debate sobre a participação política do intelectual, e pela vertente católica, Mata-Machado aproxima-se de outro companheiro de geração, Lourival Gomes Machado, para quem,

“quando o problema de idéias ultrapassa as fronteiras do político ou o pensamento ou a política perde alguma coisa” (p. 25).

Apenas que Lourival reconhece a “dívida de gratidão para com os autodidatas um pouco anteriores” (em geral, no seu caso, de orientação laica), na medida em que ajudaram a forjar uma noção de cultura mais elaborada, mostrando a imensa carência do meio (3). A “patrulha da madrugada” que ensinou aos “comandos” a necessidade do treinamento prévio, segundo Clóvis Graciano (p. 25-26). Já Edgar situa-se noutra posição em relação aos antecessores, mostrando que a nova geração católica encontrou uma espécie de vácuo, dada a falta de mestres. Apesar da conclamação do Cardeal Leme aos intelectuais, apesar de Jackson de Figueiredo (4), o ambiente católico não estava nutrido para propiciar o desenvolvimento crítico desse grupo-geração.

O depoimento de Edgar serve para indicar a postura de alguém que, dentro dos marcos do pensamento católico, se radicalizou, rompendo com a tradição ao perceber a solidão em que se encontrava em 1932-1933, quando, após 1930 (“a revolução de 30 foi de fato uma revolução, talvez a nossa única revolução nacional”), começava-se a viver as primeiras desilusões do movimento liberal. E as ameaças surgiam, para ele, nos movimentos antiliberais: comunismo, integralismo.

Mas o comunismo não foi tão eficaz como o integralismo: “O integralismo doutrinou à vontade”. Mostrando como Jacques Maritain

(3). — Em seu depoimento, Lourival apontava significativamente (resíduo de comportamento oligárquico?) a existência de “novos maiores Quaresma a se descabelar em torno do pedacinho de chão próximo que os interessa” (p. 25), numa crítica contundente às manifestações nacionalistas das novas camadas médias urbanas em ascensão por via do Exército, teorizando sobre o Brasil. Teorizar sobre o Brasil era uma espécie de monopólio dos estamentos senhoriais.

(4). — V. o estudo sobre o papel de Jackson de Figueiredo realizado por Francisco Iglésias, in *História e Ideologia*, São Paulo Editora Perspectiva, 1971.

ajudou a renovar seus quadros teóricos de referência, e aos da nova geração católica do Brasil, abre em todos os termos a crise profunda da consciência daquilo que denomina seu grupo-geração. Como posição geral, não deixa por menos:

“O católico tem mais razão de ser antifacista do que qualquer homem de esquerda, por mais rubro que seja” (p. 273).

Com a invasão do pensamento católico pelo integralismo, ocorreu a crise que, de resto, foi responsável pela organização, em tais termos, do seu depoimento. Embora longo, o diagnóstico de Edgar da Mata-Machado parece lapidar, uma das pedras de toque da sondagem a que nos propomos, e nesse sentido merece transcrição:

“Deu-se, então, a grande catástrofe do grupo-geração a que pertenceo. O deísmo patriótico e familiar do fascismo verde-amarelo cumulou um grande número de disponibilidades. De resto faltavam cultura sólida, gosto de análise, capacidade crítica à maior parte dos componentes do grupo. Sua própria vida cristã se equilibrava em “normas”, não se ancorava em uma estrutura de fé esclarecida. Um partido aparentemente cristão foi suficiente para lhes dar impressão de “vida”, de “ação social”, de “irradiação” do Cristianismo. Aliás, a sedução das direitas sobre os católicos é uma constante desse momento histórico que se está desfazendo, à medida que a luta contra o fascismo caminha para um êxito marcado.

O fascismo fez uma espécie de jogo de caricaturas, num baile de máscaras ou numa exibição ilusionista. Apresentava ora uma, ora outra feição. Saiu a público fantasiado de “defensor da ordem” contra o “terror da ordem” contra o “error bolchevista”; de “protetor do operário” contra as “opressões do dinheiro”; de “arauto do nacionalismo” contra as “pretensões imperiais”; de “afirmador da autoridade” contra os “libertinismos liberais”; de “moralizador dos costumes”; de “pedagogo da mocidade” ... Depois de travestir-se tão abundante e variadamente, acabou desconhecendo-se a si próprio, confundindo-se com as suas próprias máscaras. Uma fantasia de que só em um ou outro caso despiu foi a de “defensor da civilização cristã ameaçada”. De todas as caricaturas desenhadas em suas bandeiras, foi a caricatura de Cristo a de que fez uso mais constante. Quando penso na sedução do fascismo sobre os cristãos, lembro-me do fascismo belga. Não foi o mais característico, ou não foi mais característico que os outros. Nem mais dinâmico. Nem tão conhecido, internacionalmente. Destaco-o em razão do nome que adotou:

“rexismo”. Rexismo: de Christus-Rex. Degrelle desfraldou a a bandeira de Cristo-Rei!! O que não impediu que fosse o mais chegado colaborador do nazismo em sua terra! O que não impediu que, ao lhe ser negada a comunhão, em uma igreja — por ostentar o uniforme de soldado de Hitler — agredisse o sacerdote e pisasse sobre as sagradas especies!...

Falei em grande catástrofe e realmente o foi a adesão de católicos ao fascismo, a adesão de certos grupos católicos da geração moça. As devastações do integralismo sobre a mentalidade católica foram tão profundas e deixaram tais cicatrizes, que só a ficção as poderá descrever. Uma linguagem cursiva nunca dará idéia de semelhantes deformações. Seria preciso personificá-las, quer dizer, apresenta-las através de personagens, como nos romances: o integralismo formou católicos pusilânimes, católicos burgueses, católicos cépticos, e um gênero de católicos mais ou menos estranho, entre arrependidos e ressentidos, adversários dos seus próprios irmãos de fé, amargos, desconfiados — se não bruscos e violentos — com inclinação para uma espécie de heroísmo dessangrado, incolor e simplista, embora gritante e esperneante. Conheço-os, não sei como classificá-los. O adjetivo “reacionários” exprime bastante, mas não exprime tudo”. (pp. 272/273).

As marcas do avanço integralista propiciaram a revisão crítica de Edgar, funcionando como elemento detonador para a própria redescoberta do catolicismo por parte de um significativo grupo de opinião. Mas, nessa época, se Edgar rechaçava as posições de direita — que poderiam ser relegadas para um canto da memória —, não era para as concepções dos diversos partidos de esquerda sobre a vida, a família, o mundo que se voltava sua expectativa. Voltava-se para as posições de Maritain, com o qual encerra seu depoimento, na busca de soluções “absolutamente originais”, na “sã política cristã”.

No tocante à dimensão política da atividade intelectual, e balizado por uma ética cristã, dirá que os “intelectuais” (as aspas são de Edgar) do modernismo eram demasiadamente cépticos, ou então fracos: diante de circunstâncias adversas, não exerceram “aquela função orientadora” (p. 270). Restaura, nessa perspectiva, o sentido da missão, traço fundamental na ética cristã (tanto na católica, como na protestante). E a dimensão política não deve ser entendida em sentido estrito; ela invade o domínio da *produção* artística, mas não para tornar a arte uma função ou meramente uma “arma” daquilo que denomina uma “revolução qualquer”. Ao contrário, num mundo tiranizado, desautonomizado pelo Estado, cumpre restaurar a autonomia da arte, “num mundo em que toda a autonomia foi roubada à pessoa hu-

mana, privada de toda a liberdade, inclusive da liberdade de realização artística”. Nessa justa medida é que, para fugir às malhas do Estado moderno — totalitário, sublinha ele —, a nova geração é política. Política para livrar-se da política.

Os homens de inteligência, para Edgar, devem ter função diretiva. Mas vai mais longe em sua cogitação, esbarrando com alguma possível especificidade da História do Brasil, e que residiria na expectativa criada em torno das posições políticas dos homens de inteligência, com vocação para as artes e a cultura, mas não especificamente para a política. “Será um fenômeno típico de nossa pátria”?

Nas malhas do autoritarismo do Estado Novo, surge essa posição radical, dentro dos marcos do pensamento católico liberal, mas que descarta as ligações íntimas entre *política* e *cultura* na sua ideologia. O que faltaria para nós seria uma plêiade de “pensadores políticos e realizadores políticos capazes de exercer uma legítima ação pedagógica, não só junto às massas, como também em relação às classes cultas”. Nesse sentido, estariam agindo

“sobre os próprios artistas, dispensados, assim, de usar do seu poder de convicção, fora do objeto pu:co da arte” (p. 270).

Nessa ordem ideal, utópica, o peso do Estado não seria um dano, mas um estímulo suave não apenas às “massas” (faltaria acrescentar: incultas) como às “classes cultas”. Não apenas a divisão da sociedade em duas camadas, separadas pela linha da ilustração, mas a visão do político como o agente da legítima função pedagógica, estão na base da perspectiva de Mata-Machado.

O traço central dessa ideologia reside, em última instância, na separação entre cultura e política como esferas distintas. Nesse ângulo, a ausência de pensadores e realizadores políticos entre nós provoca os descaminhos do processo cultural, obrigando ao artista e ao intelectual tornarem-se políticos improvisados.

* *

*

2. — O DESAPARECIMENTO DO “BRASIL FORMAL”.

“Por maior que sejam as realizações que possam estar reservadas à minha geração no campo literário, artístico e científico, esse conjunto não pode deixar de aparecer como detalhe, diante do destino político, militar e religioso, de uma juventude chamada

a participar do desaparecimento de um Brasil formal e do nascimento de uma nação" (1944).

Paulo Emílio de Sales Gomes.

Em mais de um aspecto Paulo Emílio acertava ao falar do desaparecimento de um Brasil formal. Este ia desaparecendo, é correto, no plano das formulações mais avançadas dos nossos investigadores das ciências sociais e da literatura: mas a idéia de nação, por seu lado, ganhava contornos mais fortes, e muito possivelmente não na direção esperada por Paulo Emílio. E que pensar, nesse prognóstico, do destino político, militar e religioso por ele referido? De qualquer forma, e a despeito das múltiplas sugestões que faz aos dirigentes e às personalidades políticas do Brasil, desde a decretação da anistia e liberdade política para as oposições, como o debate de questões candentes como a agrária ou a da legislação social, seu realismo era grande ao situar a intelectualidade em suas devidas proporções, como um detalhe no conjunto do processo histórico. E mais: em seu depoimento, realizado numa época em que se prenunciava a "redemocratização" advertia para o perigo de reação neofascista, que

"ou procurará se servir dos movimentos esquerdistas hesitantes e desorientados, ou então se camuflará numa terminologia esquerdista, acompanhada de uma ação de superfície" (p. 292).

Observados em conjunto, os depoimentos da *Plataforma* surgem menos generalizantes que aqueles do *Testamento*, os quais — exceção feita a um Mário de Andrade ou a um Milliet —, falam de sua "geração" como um bloco compacto, de maneira redonda, não raro carregando uma visão senhorial do mundo. Ou, por vezes, trafegando pelas sendas de um nacionalismo ingênuo, como é o caso de Abguar Bastos. Em *Plataforma*, não apenas a idéia de geração surge muito mais matizada, como o preço pago à ideologia nacionalista é muito menor. Já se fala de "classes médias", "burguesia", "aristocracia", "massa", "elite". Os modelos externos não são a velha França, ou os E. U. A. sem mais; em novo equilíbrio de forças, outras constelações surgem: a Rússia, diz Paulo Emílio,

"é a estrela de toda essa história, está em plena glória" (5).

(5). — *Plataforma da Nova Geração*, p. 288. Veja-se, a propósito, Carlos Drummond de Andrade, na *Rosa do Povo*, "Carta a Stalingrado" e "Com o russo em Be-lim", dessa época E Oswald, impressionado pela mesma estrela, na "Carta a Monteiro Lobato", escrevia: "que em torno de *Urupês* de hoje, se restabeleça, pois, Lobato, a *rocha viva* que Euclides sentiu na Stalingrado jagunço de Canudos" (in *Ponta de Lança*, p. 8).

Mais: os diagnósticos, embora às vezes um bocado comprometidos com os quadros intelectuais anteriores (como é o caso de Lourival Gomes Machado), no geral operam com categorias mais claras, ou menos obscuras, como “direita”, “católicos”, “neoliberalismo”, as várias correntes da esquerda. A geração de *Testamento* não fala de Mariátegui, mas a de *Plataforma* menciona a importância de Haya de la Torre. Aquela aparece enredada com a “traição dos intelectuais”, com as leituras de McLeish e Benda; esta, em polêmica e/ou utilização mais pragmática de Maritain, Marx, Silone, Trotsky. E critica na anterior (como Paulo Emílio faz com Amoroso Lima) o tipo de utilização de teóricos como Maritain. Em suma: a crítica não é apenas intelectual, em sentido estrito: é política. Ou melhor: *a crítica intelectual torna-se política.*

Os traços fundamentais dos problemas sobretudo ideológicos são os mesmos para a nova geração, diz Paulo Emílio. Isto não quer dizer, entretanto, que haja unidade ideológica. A “geração” não é homogênea; muito pelo contrário, no depoimento de Paulo Emílio pode-se vislumbrar o leque de posições, representadas menos por indivíduos (não há grandes figuras em seu “discurso”, como nos depoimentos do *Testamento*) do que por agrupamentos representativos de *tendências ideológicas* (as quais, registre-se, *englobam* outras dimensões como a cultural, a política). E não são agrupamentos partidários; são agrupamentos que reúnem três critérios (ao menos) de classificação: o social (pequena-burguesia, proletariado etc.), o político (direita, esquerda, liberal, neoliberal, marxista) e o cultural (geração crítica, tipos de leitura, viagens, contatos). Importa notar a acuidade para uma esfera de problemas que, situada na esquerda, atravessava os níveis político e cultural: por exemplo, considerados os setores de pensamento marcados pelo marxismo, dirá que

“falava-se muito em dialética mas dificilmente se aprendia nesses meios a pensar dialeticamente” (p. 285).

Ao mesmo tempo em que define os agrupamentos, tentando uma classificação viável, não perde o sentido de matizamento. Embora estivesse situado à esquerda, por exemplo, contatos com setores católicos resguardavam sua perspectiva nuançada, eliminando, sim, o diálogo com os setores reacionários, mas valorizando as frentes críticas (das quais descartava, naquele momento, a Amoroso Lima), preocupado com as combinações residuais entre fervor religioso e fascismo remanescente (6).

(6). — *Plataforma de uma Geração*, pp. 282/283 — A trajetória posterior de Amoroso Lima leva à negação dessas opções, o que aliás, foi lucidamente indicado por Francisco Iglésias no ensaio citado. Na perspectiva do

Visualizava, nesse leque de tendências ideológicas, a *direita*, com alguns jovens valores derrotados, “de uma maneira amena, diga-se de passagem”, condenados a conviver com a não-receptividade pública às suas teorias palavrosas, rígidas, caricaturadas, agora manifestando apreço desmedido, “arrogante e ingênuo pelos generais reacionários da Argentina”, ou chegando até a

“valorização delirante do livro de D. Clarice Lispector”
(p. 281).

Quanto ao setor *católico*, aponta a inexistência de uma nova geração intelectual expressiva, e que seria de se esperar, em face da vivacidade existente nesse setor em tempos não muito remotos. Destaca frentes de renovação em Belo Horizonte e Fortaleza, com abertura fraternal para “os problemas do povo e do nosso tempo”. Em São Paulo a situação parece-lhe negativa com jovens intelectuais

“encorajados em torno do pior bem-pensantismo representado pelo líder Sr. Plínio Correia de Oliveira e seu deprimente jornal” (p. 282).

Depois de indicar na seara católica um outro grupo autêntico de ex-integralistas e ex-comunistas, e apontar os perigos da camuflagem, que por vezes ocorre, de fascismo sob a capa de fervor religioso, conclui que as figuras mais expressivas do pensamento católico não estão nas ruas, mas nos conventos. “Elas são os jovens monges de nossa geração”. Esses sim, e não Amoroso Lima, são os discípulos de Maritain e Bernanos, que

“encontraram no convento um refúgio contra a mediocridade da vida religiosa no Brasil” (p. 283).

Quanto aos *Liberais*: não há entre a “novíssima” nenhuma frente propriamente liberal, “no velho sentido da palavra”. Talvez, segundo pensa, alguns jovens economistas vinculados à Federação das Indústrias (São Paulo) possam vir a engrossar uma “corrente neoliberalista”. O ponto de partida geral desse grupo está na consideração de que o capitalismo ainda não tivera todas as oportunidades para se desenvolver. Que se desse mais uma chance, antes do julgamento definitivo. Nenhuma palavra, entretanto, em relação às fraquezas do empresaria-

tempo, não foi, afinal, o caminho inverso aquele trilhado por Carlos Lacerda, “jovem radical” dessa geração, amigo dos radicais e participante ativo no I Congresso de Escritores, de 1945?

riado, ou ao capitalismo dependente, ou, o que seria de se esperar, ao imperialismo. No final do depoimento, Paulo Emílio anuncia o desejo de se manifestar sobre temas como política da “boa-vizinhança”, mas... Uma tendência nova e localizada entre os representantes do velho liberalismo, composta de personagens que parecem estar deslocando suas posições em face do embate, mas não conseguem responder aos problemas do presente (1944): são os jovens adeptos do liberalismo conservador. Mas os nomes de seus representantes não aparecem indicados.

A corrente de *esquerda* da jovem geração intelectual do Brasil, eis o setor que chama sua atenção em particular. Dado o nível cultural e a quantidade expressiva de seus representantes, e apesar de não haver “unidade de pensamento”, esse é o agrupamento sobre o qual vai se deter para comentários mais largos. Ou antes: o tom geral é de polêmica. Dir-se-ia que, a esta altura, o depoimento de Paulo Emílio adquire sua verdadeira dimensão. Nessa medida, trata-se de uma polêmica dentro da esquerda. E de um diagnóstico, por exemplo, ao constatar que o interesse da intelectualidade pelos “problemas nacionais” ainda era pequeno até a 2a. Guerra. E de alguns prognósticos: por exemplo, o de que no plano cultural, no mundo, um amplo trabalho de revisão progressista do marxismo estava apenas em esboço.

Em primeiro lugar, a localização das raízes sociais desse setor radical surge nítida: trata-se de “jovens intelectuais de classes médias e da burguesia que se exprimem ideologicamente pela esquerda”. Paulo Emílio, ele próprio proveniente de uma família de médicos, funcionários e industriais médios, refere-se sobretudo àqueles que estavam pouco mais ou pouco menos por volta dos trinta anos, e cujos estímulos intelectuais e políticos básicos foram absorvidos dez anos antes, no processo da Revolução de 1930 — “extensa e superficial revolução”. Como a revolução, o debate por eles vivido também foi extenso e superficial, mas suficiente para receber novos influxos do marxismo, da psicanálise, do pós-modernismo artístico. E sobretudo o interesse pela Rússia e pela Revolução de 1917.

Em segundo lugar, a penetração das idéias socialistas no país fica retraçada ao mostrar como, antes de 1930, o socialismo estivera circunscrito a pequenos círculos nos principais centros operários (São Paulo, Rio de Janeiro e Recife), receptores de uma tradição social-democrata e anarquista, “viva sobretudo devido ao contingente italiano, espanhol e português transmuntino na classe operária, e a pequeno círculo de intelectuais de origem pequeno-burguesa e, mais raramente, burguesa”. Após 30, será na camada da pequena burguesia que se verificará amplo interesse pela Rússia e, na classe operária, o desenvolvimento do sindicalismo, também modelado pelo exemplo russo.

Por volta de 1933-34, era a força do modelo russo que estimulava as iniciativas progressistas. Ao deter-se nas fontes do pensamento progressista no Brasil, Paulo Emílio produziu página exemplar para a história das ideologias:

“Passados em revista os setores secundários, podemos entrar naquele que tem realmente significação pela quantidade de seus representantes e pela alta qualidade intelectual de muitos de seus membros: a corrente de esquerda da jovem geração intelectual do Brasil. Também neste campo delimitado não existe unidade de pensamento. Pior do que isto, há uma grande confusão. E aqui isso é grave.

Alguns traços históricos sumários poderão ajudar a por em seus termos corretos o problema desses jovens intelectuais de classes médias e da burguesia, que se exprimem ideologicamente pela esquerda.

Os moços que têm hoje pouco menos ou pouco mais de trinta anos, fizeram uma primeira aproximação com as idéias políticas e sociais de nosso tempo, há uns dez anos atrás. No extenso e superficial debate de idéias sociais, literárias, artísticas e científicas (Marxismo, psicanálise, pós-modernismo artístico, etc.) que acompanhou a vitória da também extensa e superficial revolução de 1930, avultava o interesse em torno da Rússia forjada pela revolução de outubro de 1917.

Até então, o socialismo no Brasil nunca tinha tido uma larga repercussão. Havia pequenos grupos articulados nos mais importantes centros operários do país, São Paulo, Rio, Recife um pouco, também, que eram os herdeiros e continuadores de uma limitada mais contínua tradição social-democrática e anarquista, viva sobretudo devido ao contingente italiano, espanhol, e português transmantino na classe operária, e a pequeno círculo de intelectuais de origem pequeno-burguesa e, mais raramente, burguesa.

Depois de 1930 uma larga camada da pequena burguesia intelectualizada começou a se interessar pela Rússia, e na classe operária as atividades sindicais, então em pleno florescimento, levavam naturalmente a um interesse pelos problemas da política operária mundial, e também aqui, em primeiro lugar, pela Rússia.

De maneira que lá por 33-34, qualquer sentimento renovador mais enérgico levava logo à idéia de Rússia. Os jovens intelectuais que desejavam alguma coisa a mais do que simplesmente ter simpatia, passavam da idéia de Rússia à de Terceira Internacional e daí à Juventude e ao Partido Comunista ilegal,

ou como membro militante ou então, o caso mais frequente, agindo com uma maior liberdade dentro da esfera de influência da seção brasileira. Em contato com estes meios o jovem intelectual passa a participar ainda mais intensamente de uma atmosfera de devoção pela Rússia, pela significação histórica no passado, no presente e no futuro. Havia mesmo, não formulada conscientemente, a crença na significação eterna da Rússia. E a religião.

Havia um outro fato importante. O nível teórico do Partido era muito baixo. A meia dúzia, ou pouco mais, de comunistas brasileiros com uma verdadeira formação teórica, pertenciam à geração anterior e estavam ou afastados da ação ou então no campo da oposição de esquerda (trozkista) com a qual eram evitados maiores contatos. Os jovens intelectuais não encontravam pois, nos meios comunistas com os quais colaboravam, um estímulo ou orientação nos estudos teóricos sérios.

O marxismo em vigor era, em sua maioria, constituído de tese e documentos de congressos e conferências da Internacional, particularmente resoluções sobre o problema dos países semi-coloniais e visões esquemáticas da questão do imperialismo inglês e norte-americano. Além do "Manifesto", um Bukarin ou Plekanov, e o "Estado e a Revolução", quase não se liam os clássicos. Um pouco mais tarde leu-se a "História do Socialismo" de Beer. Pelas divulgações sabia-se o que era "mais-valia" e que na sociedade existem classes com interesses contraditórios, o que era importante. Mas ninguém nunca leu "O Capital". Do Brasil não se sabia nada.

Com tudo isso, e num terreno mais concreto, havia muita generosidade, muita miséria, muito heroísmo, muita sujeira, muita beleza. Os jovens intelectuais viveram muito.

Falava-se muito em dialética mas dificilmente se aprendia nesses meios a pensar dialeticamente. Mas amava-se a Rússia. Amava-se a Rússia nos dois campos. Através do entusiasmo pelas realizações stalinistas, ou pelo criticismo trozkista, amava-se a Rússia.

Depois aconteceu muita coisa. Vieram os dias terríveis, e passados alguns anos desapareceu no Brasil toda a espécie de organização política legal ou ilegal. Aqueles que mais profundamente se haviam integrado no Partido e viveram a sua penosa dissolução interna, tinham a sensação de uma completa esterilização interior, quando isto na realidade era uma impressão passageira, e eles saíram da prova tremendamente enriquecidos. Outros se transformaram em autómatos, com o pensamento e o

riso mecanizados, e o brilho dos olhos perdido. Outros ainda fugiram para cada vez mais longe, para as Guianas e para a loucura. E para alguns esses processos lentos precisaram ser vividos dentro da geografia limitada das prisões.” (pp. 284/6).

Mas não foi esse “destino” (7) da maioria dos “jovens intelectuais das classes médias, ou burguesas”, aponta Paulo Emílio. O passado logo se apagou nas suas consciências que, de resto, nunca estiveram fundamente engajadas nas linhas do Partido. A ruptura com esse passado resumia-se, em geral, a um “drama de consciência”. Mas tanto para intelectuais como para militantes, o amor pela Rússia era uma constante — inclusive pela vertente “souvarinista”.

Dadas as condições de *classe* desses jovens intelectuais, muitos viajaram, ou ficaram embrenhando-se pelas sendas da

“física à psicanálise, da pintura ao cinema”. “Foram independentes, foram mesmo mais do que isso. Conheceram a gratuidade e a disponibilidade, com as facilidades que lhes permitiam as suas condições de classe” (p. 286).

Mas essa gratuidade, embora tenha levado a uma trajetória contraditória, com temperos teóricos retirados de Spengler e do neotomismo, acabou por empurrar esses jovens para processos mais sérios e eficazes de pensamento, “o que os diferencia logo em relação ao tom boêmio de Vinte-e-Dois”.

E depois vem Munique, o pacifismo, Chamberlain, o pesadelo dos processos de Moscou. Rússia declina nos horizontes dessa juventude, ao passo que França assume grande importância, a que se ligava a “tradição cultural brasileira”. Fortalecia-se como ponto de referência para viagens desses jovens que abominavam “o fascismo em geral e o hitlerismo em particular”. Vivia-se o fim da Guerra Civil Espanhola da qual, na fronteira francesa, participara Caio Prado Júnior.

Em sua análise, Paulo Emílio registraria os motivos que geraram contradições nas cabeças bem-pensantes locais, dentre eles a incapacidade do marxismo moderno em analisar o fenômeno fascista, impedido que estava pelas viseiras ortodoxas, de um lado, e de outro, uma tendência voltada à consideração da Alemanha de Hitler como capaz de romper com as malhas do imperialismo inglês e norte-americano:

(7). — Naturalmente apoiado nas bases econômicas, como lembraria Oswald, em *Ponta de Lança...*

“Naquele tempo as correntes políticas da rua Barão de Itapetina e adjacências perderam a cabeça. À esquerda Oswaldo de Andrade explicava a socialização da Alemanha; e à direita, Ângelo Simões Arruda a fascistização da Rússia. Um elogiava o realismo de Hitler; outro o de Stalin. E ambos falavam em fatalidade histórica. Citamos estes dois nomes para facilitar nosso trabalho. Eles foram a caricatura de duas orientações de pensamento que se afirmavam a sério, e das quais todos, em maior ou menor grau, participaram” (p. 287).

Da Rússia falava-se quase nada... até o ataque que sofreu da Alemanha. A hostilidade ao fascismo ganhou expressão, provocando a definição dessa jovem intelectualidade, que volta seus olhos para a Rússia. Por outro lado, a guerra ia chegando em casa, com o torpedeamento de navios. E Pearl Harbour. Internamente, medíocre vida política; e o “interesse pelos problemas nacionais ainda era pequeno”.

E assim Paulo Emílio chega aos seus dias, nos anos 40. Não se podia ainda falar na existência de vida política no país, mas já se podia pressentir o esboço de um forte movimento de opiniões e idéias. E a trajetória da Rússia, então no apogeu, provocava conflitos entre os adeptos das teorias do socialismo num só país e os pugnadores da revolução permanente (8).

(8). — Em página importante para a história das divergências entre trotskistas e stalinistas, Paulo Emílio fixou que, para o caso de alguns intelectuais da jovem geração de esquerda, “o renascimento do amor pela Rússia os fez voltar exatamente ao estado de dez anos atrás, quando qualquer sentimento renovador mais enérgico era canalizado para a idéia de Rússia. Neste setor é como se nada tivesse acontecido, dentro e fora desses jovens, durante esse tempo todo. Outros encontram plena satisfação naquilo que em literatura política ficou convencionalizado chamar-se trotskismo. Mas é cada vez maior o número dos que assumem uma posição nova. Esta posição nova ainda não está delineada e completada em todos os seus detalhes. De uma maneira geral é uma tendência a não considerar mais a Rússia como um ponto de referência fundamental e como consequência, não mais dar importância à tradição do organismos dela dependentes. Posto isto, eles podem estudar com o maior entusiasmo os extraordinários sucessos da produção sob o sistema econômico socialista. O chamado trotskismo é também considerado uma maneira de pensar que tem como ponto de referência fundamental a Rússia. Posto isto, ele pode também ser estudado com entusiasmo como o maior conjunto crítico existente sobre o assunto.

No plano teórico a tendência é encontrar no arsenal marxista, os instrumentos exemplares para o conhecimento. Entre os clássicos há uma maior preferência por Marx e Engels além do Kautski e Plekanov dos primeiros tempos. Lenine e Trotski são muito lidos, mas a tendência é relega-los ao estudo do caso russo. Não se dá por enquanto uma maior atenção ao revisionismo do século passado e do começo deste século. Há grande interesse

Apesar do dilaceramento provocado pelas diferenças de posições, a tônica geral passava a ser dada pelos estudos sobre problemas brasileiros, onde o ambiente era de extrema pobreza: a pesquisa se concentra na história e na economia. Para “o desaparecimento de um Brasil formal e o nascimento de uma nação”.

* *

*

3. — O COMBATE ÀS FORMAS DE PENSAMENTO REACIONÁRIO.

“Mas se me perguntar qual poderia ser, no meu modo de sentir, um rumo a seguir pela mocidade intelectual no terreno das idéias, eu lhe responderei, sem hesitar, que a nossa tarefa máxima deveria ser o combate a todas as formas de pensamento reacionário.”

Antonio Candido, *Plataforma da Nova Geração*.

O depoimento de Antônio Cândido é importante porque é radical. Não é revolucionário, propriamente; é radical. Surge marcado, do ponto de vista social, pelo radicalismo da classe média que ele próprio, trinta anos depois, iria apontar muito precisamente como a contribuição mais expressiva da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (9).

Carrega consigo os elementos teóricos indicadores do sentido da ruptura com os quadros intelectuais anteriores, e lança pontos de partida para a organização de uma nova matriz de pensamento. Por essa razão, pode ser considerado um marco referencial.

pelos ex ou neomarxistas como Souvarine ou como os americanos Max Eastman, Sidney Hook e James Burnham. Está começando a ser conhecido agora, por enquanto por intermédio de uma antologia americana de sociologia, o pensamento de escritores como Waclaw Makaiski, V.F. Galverton ou Max Nomad, que colocam problemas a que alguns intelectuais brasileiros estavam chegando através de uma meditação pessoal. Os tratados escolares de filosofia da U.R.S.S., são recebidos em suas edições mexicanas e argentinas com uma enorme curiosidade. A impressão geral é que se está processando no plano cultural do mundo um imenso trabalho que culminará numa tentativa de revisão progressista do marxismo. Este fenômeno corresponderia às necessidades históricas da crise social e político-militar de nosso tempo.

Em relação a América Latina nota-se o interesse cada vez maior pelos acontecimentos que se desenrolam no México de 1910 para cá, e pelas idéias de Raul Victor Haya de La Torre, o pensador peruano que fundou o aprismo” (p. 289).

(9). — Cf. depoimento prestado no 2º semestre de 1974 ao grupo da *Transformação*, Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (S.P.), no prelo.

A velha noção de intelectual fica bastante rota: tome-se por exemplo, a postura de Afonso Arinos, no *Testamento*, e confronte-se com a de Antônio Cândido, e ter-se-á a medida da diferença entre a ótica senhorial e o criticismo dos jovens intelectuais da classe média. Tal modificação parece indicar, no nível dos eventos, uma viragem mais funda, radicada nas transformações estruturais da sociedade, em que se assistiu à emergência de novas camadas médias, portadoras de formas de pensamento diferenciadas, mais vinculadas aos processos de industrialização e urbanização — e que se tornaram mais significativos após 1930.

A postura de Antônio Cândido indica, desde logo, um não-conformismo com as questões propostas no questionário. E nem mesmo com a simples existência de uma plataforma: não aceita o tom conspícuo de quem dá palpite sobre o homem e o mundo, e teme o ridículo de quem, jovem, faz plataformas para definir posições. A atitude teórica deve proceder a uma série de ações, e não o contrário.

Não aceita a idéia de geração (aceitando-a). Rechaça as formulações empertigadas sobre a pomposa “missão do intelectual” (mas não mistifica as tarefas, que são reais e tem sentido político). Não relativiza a idéia de geração para indefinir os compromissos; ao contrário, não desprezando os antecessores, componentes de uma “geração sacrificada . . . por excesso de êxito”, caracteriza seu grupo como sendo composto por um conjunto de indivíduos embarcados integralmente numa vertente “crítica, crítica e mais crítica” — chamando-os pelo nome (10).

Crítica o personalismo fareleiro de Oswald, o historicismo grande-burguês de Freyre, e mostra como muitos ou se esgotaram na tarefa, ou acabaram por desaguar na ação política reacionária. Procura deixar claro que o problema não é geracional: e dois exemplos fortes lhe bastam. Um, Carlos Drummond de Andrade, da “outra geração”; outro, também dela, Sérgio Milliet — tecnicamente, se considerada a faixa etária, seria da “outra geração” — surgia muito mais próximo de seu grupo, só vindo a se realizar e ser plenamente compreendido

(10). — Dos nomes lembrados constam os de “Críticos de pintura, de música, de literatura, de história, de filosofia. É Edmundo Rossi, e Rui Coelho, e Fernando de Góis, e Ernani Silva Bruno, e Lourival Machado, e Décio de Almeida Prado, e Cícero Cristiano, e Almeida Sales, e Lauro Escorel, e Paulo Emílio, e Mário Schenberg, e Fabrício Antunes, e Antônio Lefèvre, e Álvaro Bittencourt, e Carlos Burlamaqui Kopke, e Roberto Pinto de Souza, e Almiro Rolmes, e Florestan Fernandes e nem sei mais quantos. É a massa compacta. Críticos, críticos e mais críticos. Quase todos têm em preparo um trabalho de história, ou de sociologia, ou de estética ou de filosofia, como os seus maiores tinham romance. E todos começam pelo artigo de crítica, como os seus maiores começavam pela poesia”. (p. 34).

pelos representantes desse outro momento. Mais: nesse sentido, Antônio Cândido confere a Milliet o título de “precursor”.

Se os antecessores se iniciavam pela poesia, o novo grupo ataca pela crítica. E essa “geração” não será de intelectuais mistos (cita Otávio de Faria, Afonso Arinos Sobrinho, na anterior; e Mário de Andrade, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo na “geração” dos novos). Nesse sentido não haveria apenas uma radicalização, mas também uma especialização. Uma geração de estudiosos “puros” — as aspas são de Antônio Cândido (11). Como a anterior fora de artistas, essa era de críticos: a nova geração é “mais propriamente analítica e funcional” (p. 35). E se vislumbrarmos a dinâmica dos estamentos e das classes, não será de estranhar que o conflito, nesse nível, se manifestasse em tais termos: o historicismo grande-burguês de Freyre (melhor seria: o historicismo senhorial, porque burguês não é) passa a ser contestado pelo jovens filhos das classes médias, com as marcas da antiga família patriarcal, temperadas pela dinâmica de instituições, mas por instituições universitárias de novo tipo. O mínimo que se poderá dizer é que, do conflito, que também é social, brota uma visão mais urbana do processo histórico-cultural; e, no máximo, uma perspectiva de classe — a angulação da nova classe média. Ou seja, a ótica das “classes médias despossuídas”, para retomar terminologia eufemística frequente em nossa historiografia.

O radicalismo de Antônio Cândido aparece, pois, na força de rompimento com os quadros anteriores — que será, de resto, um tanto amenizada quando voltar a escrever no fim dos anos cinquenta sobre Freyre, na era do reformismo desenvolvimentista, e nos anos sessenta sobre Oswald, ganhando novamente forte impulso sob o regime ditatorial dos últimos cinco anos. Nesse momento que nos interessa, por volta de 1943-44, Antônio Cândido dirá que a influência de Oswald, Mário, Menotti ou Guilherme de Almeida foi “indireta e mínima”:

“somos seus continuadores por uma questão de inevitável continuidade histórica e cultural” (p. 35).

A figura preservada é a de Sérgio Milliet, como se referiu anteriormente.

Registre-se que o tom não é cavernoso em relação aos seus contemporâneos. Seus companheiros de estrada não são portadores de “nenhuma gravidade precoce, de nenhum formalismo”:

(11). — Em “*Antes do Marco Zero*”, (in *Ponta de Lança*), p. 42/47, Oswald emburrará com Antônio Cândido e com seu “grupo”, em polêmica feroz, “grupo e não geração, do sr. Antônio Cândido, voando pesado como Santa Rita Durão, normativo e gravibundo como se descendesse de Bulhão Pato” ... (p. 45).

“Geração muito sadia e muito cheia de esperança. E sobretudo, ao que me parece, desapegada de certos comodismos e de certos compromissos em que se atolaram e ainda estão se atolando muitos dos nossos maiores”. (p. 36).

Era o Estado Novo, tempo de partidos e homens partidos, mas havia luz nos horizontes. Embora comprimidos entre a camada “grande-burguesa” e o mundo do trabalho — objeto de muitas das cogitações dessa *intelligentsia*, pelo que se depreende do depoimento de Paulo Emílio —, não encontravam, ou não procuravam a convivência amena dos “Prados, Penteados e Amarais” referida por Mário de Andrade em sua conferência memorável.

As tarefas eram outras, e para elas não serviam os velhos instrumentos teóricos. A tarefa central, para Antônio Cândido, não era menos que “o combate a todas as formas de pensamento reacionário” (p. 37). Atento às maneiras pelas quais o reacionarismo se insinuava nas atividades intelectuais, pugnava não pela adoção de uma cor política qualquer, ou pelo “descer à rua, clamando por ação direta”. Resguardando a função do intelectual, indicava:

“Cada um com suas armas. A nossa é essa: esclarecer o pensamento e por ordem nas idéias”.

No caso do Brasil, apontava três tendências que poderiam vir a ser perniciosas, como de fato vieram a ser: as filosofias idealistas, a sociologia cultural e a literatura personalista. Cioso na condenação dos aspectos negativos, cuidava também do perigo da negação em bloco, não querendo jogar ao mar aspectos eventualmente positivos. Quanto ao primeiro perigo, notava os descaminhos da atitude mental que empurrava para as discussões metafísicas, terreno predileto para ocorrências de propostas de soluções de elite, em que o intelectual acaba por ficar segregado dos problemas presentes, reais. Uma advertência mais “antecipadora” surge, entretanto, ao mencionar, de passagem, o perigo representado pelas filosofias evolucionistas, e que tiveram

“para a Reação um interesse enorme, uma vez que abrem caminho para a política liberal do progresso contínuo, e naturalmente gradativo, justificando todas as desarmonias sociais e embalando o espírito num liberalismo beatífico”.

A ausência dessa crítica ao evolucionismo em outros autores talvez se explique se se lembrar das linhas de radicalização das posições, nas formas de pensamento fascistas, como naquelas marxistas, defini-

doras do momento. Essa tendência, entretanto, considerados os quadros teóricos não só liberais como marxistas, estaria impregnada mais fundamente por lineamento evolucionista, em que a história surge em etapas — o que tanto marcaria o pensamento de esquerda no Brasil.

*

A virulência de Antônio Cândido surge mais radical não na condenação da literatura personalista (intimista, diríamos hoje), mas na áspera advertência aos perigos da “sociologia cultural”. Aí parece residir um elemento essencial de matriz do pensamento que representa e, talvez, inaugure:

“Quanto à sociologia cultural, confesso que me arrisco a medo. Vou levantar umas hipóteses que ainda não foram formuladas, e receio ser mal compreendido.

A sociologia cultural, chamando assim àquela que, de um modo ou de outro, subordina a idéia de cultura à noção de ciclo, de estrato ou de círculo, tem prestado serviços enormes ao pensamento e às ciências sociais. Nos meus trabalhos universitários, sou o primeiro a tomar muitos dos seus métodos e das suas noções. No entanto, é preciso que se abra o olho para uma possibilidade perigosa desse método tão fecundo e tão caro à sociologia do Novo Mundo.

A concepção de ciclo ou círculo cultural — principalmente a primeira — leva quase que necessariamente à de função; à interdependência necessária entre os traços de uma cultura e da sua existência em função uns dos outros. Está certo, e muito bem. No entanto, a concepção de funcionalidade pode levar perigosamente a uma justificação e, portanto, aceitação de “todos” os traços materiais e espirituais, dado o seu caráter “necessário”. E vem a tendência para aceitar *in totum* um complexo cultural e defender a sua inevitabilidade funcional, digamos assim, em detrimento do raciocínio que tende a revelar as suas desarmonias. Não é uma consequência fatal da sociologia da cultura, está visto. É um abuso possível, uma deformação contra a qual chamo a atenção, num país em que ela vai entrando a toque de caixa. Veja você o nosso mestre Gilberto Freyre, — a que ponto o está levando o seu culturalismo. Suas últimas obras descambam para o mais lamentável sentimentalismo social e histórico; para o conservadorismo e o tradicionalismo. Enamorado do seu ciclo cultural luso-brasileiro, é levado a arquitetar um mundo próprio, em que se combine o progresso com a conservação dos traços anteriores característicos. Tudo estará justificado se trouxer a marca do mundo que o português criou e que nós vamos desenvolvendo

e preservando, sim senhor, com a ajuda de Deus e de Todos os Santos Unidos. O mesmo movimento que o leva a gostar das goiabadas das tias e dos babados de prima Fulana o leva gostosamente a uma democracia patriarcal, em que, etc. Como vê, Mário Neme, aí está um caso em que o método cultural carrega água para o monjolo da Reação". (p. 39).

A constância e a profundidade da postura de Antônio Cândido permite toma-lo como um dos polos para uma possível história das ideologias no Brasil, nas últimas décadas. Representando o pensamento radical de classe média, suas variações são mínimas, talvez sendo provável a indicação de aprofundamento de sua radicalidade em momentos de fechamento político (registre-se a maior afinidade de suas posições de 1944 e 1974). É sabido que as classes médias com frequência aderem às flutuações de conjuntura política, e em sentido reacionário. Não será de todo improvável que, pelas raízes sociais, mais próximas das velhas camadas senhoriais (que às do proletariado, por exemplo) suas reações ao autoritarismo (militarista, em geral) surjam radicalizadas em postura favorável às fontes de pensamento progressista.

Em momentos de distensão relativa, será menos duro com autores como G. Freyre. Não será acusador; será simplesmente irônico.

*

Uma última observação. Se se disse do abrandamento relativo das posições de Antônio Cândido em relação a Freyre no fim dos anos '50, na era do reformismo desenvolvimentista, e que voltariam a se radicalizar no tocante às teorias do autor de *Casa Grande & Senzala* — de maneira praticamente definitiva — em 1967, quando do estudo sobre o *Significado de Raízes do Brasil*, cumpre lembrar que o debate geral estava deslocado, nessa era, para a temática do *nacionalismo*, tanto nas searas marxistas (Sodré) como neocapitalistas (Furtado, ISEB). O preço pago pela intelectualidade, nos diagnósticos, a essa ideologia foi altíssimo, mas Antônio Cândido a combateu, pelo que se depreende da apresentação à 2a. edição de *O método crítico de Sílvio Romero*, realizada em 1961, em pleno período do reformismo desenvolvimentista e populista. Numa palavra, a essa altura o grande tema não era Gilberto Freyre, com quem Cândido acertara as contas em 1944, mas o *nacionalismo* — enquanto ideologia. E desse debate o autor de *Formação da Literatura Brasileira* não esteve ausente.

Numa falavra, pode-se afirmar que, na elaboração de uma concepção sobre a formação cultural do Brasil, Antônio Cândido, dadas as suas posições radicais, escapou incólume a duas das principais ver-

tentes ideológicas em que nutriu o pensamento progressista, em seus respectivos momentos de vigência mais exacerbada: a vertente gilbertiana, nos anos quarenta, e a vertente nacionalista, nos anos cinquenta. Tais tendências, "*gommage des contradictions réelles*" (R. Robin), obscureceriam por completo a possibilidade de conhecimento da dinâmica social, das relações raciais e da literatura em relação à vida social. Nos anos sessenta, com o colapso do populismo, o fim da era getuliana, a instalação de uma ditadura militar, a abertura para a América Latina, a emergência de novas constelações de intelectuais radicais abririam um novo quadro que possibilitaria a avaliação da trajetória dessa tendência radical em se pensar a produção cultural não dissociada da política, e penetrada por elementos retirados da antropologia, da história, da sociologia, da linguística. E uma profunda atenção para a dimensão ideológica de *toda e qualquer* produção cultural. Nesse sentido, a postura não pode, mais uma vez, deixar de ser definida como: radical.

* *
*

4. — DO PROGRESSISMO HISTORICISTA NO FIM DO ESTADO NOVO: MARIO SCHENBERG, UM EXEMPLO.

Schenberg, pernambucano de origem, transferiu-se para São Paulo em 1933. Trata-se de outro representante significativo do pensamento radical. A começar pelo protesto à orientação dada ao inquérito, em que as "coisas do espírito" não surgem integradas à "totalidade da vida social". Seu depoimento é importante porque nele se encontra uma vincada perspectiva histórica — advertirá sobre os perigos da "impotência do historicismo", tendência que, de fato, imperou nos arraiais da historiografia brasileira, e em outras frentes das ciências sociais, com as exceções que, em geral, foram apontadas na primeira parte deste trabalho.

O radicalismo de suas concepções, que se constituem em importante matriz de pensamento, leva-o a não aceitar as velhas idéias sobre "herança cultural", passada de geração a geração. Não existe um processo autônomo de evolução intelectual, mas sim atividades do espírito ligadas à existência coletiva. E não somente o passado deve contar na avaliação dos fatos contemporâneos:

"a obra de um intelectual só é verdadeiramente significativa quando fecunda, isto é, quando contém o embrião das coisas que estão por chegar" (p. 114).

Radical é sua apreciação a respeito do processo histórico brasileiro, ao mostrar que a caracterização do período colonial como feudal

conduz a equívoco básico na maneira de se compreender a problemática de nossa evolução cultural, de vez que a clivagem básica da estrutura social brasileira não era dada pela servidão e artesanato, mas pela escravidão. Remonta, assim, à raiz social da formação cultural no Brasil, indicando dois estratos (e, portanto, duas tradições culturais): o indo-afro-popular e o branco-aristocrático. Nos quadros da dependência, na segunda vertente, a do Brasil aristocrático, produzia-se “cultura essencialmente provinciana” nesta “comarca remota e atrasada do Ocidente”. Porisso,

“todos os grandes movimentos e teorias aqui tiveram partidários entusiastas e foram mais ou menos incompreendidos, desde o romantismo até o materialismo dialético” (p. 117).

Mencionando as dificuldades no período patriarcal para a formação de uma “classe média”, considerada apenas uma “puxada da aristocracia-agrária”, dedicará maior atenção ao mundo do trabalho. O operariado, sobretudo no Sul, era portador de “tradições proletárias e camponesas européias” carreadas pela imigração, as quais rebateram na “antiga tradição popular”. Em outras regiões houve readaptação da “cultura popular” (p. 117) às novas condições econômico-sociais: Jubiabá, por exemplo, de J. Amado, registraria as mudanças de mentalidade das “classes baixas” da Bahia.

Para Schenberg, só depois de 30 a “classe média” se firmou, tentando assumir o controle político do país. E 1932 configuraria o “ocaso do tenentismo e do avanço do pequeno-burguês que ele representava”. O insucesso seria fatal, considerada a fraqueza estrutural dessa “classe”. Será o complexo articulado pela aristocracia econômica dos industriais, mais financistas e fazendeiros que passará a orientar o país — único grupo capaz de exercer esse papel diretivo.

Nesse passo, o depoimento de Schenberg entrará por uma senda bastante significativa para o estudioso das ideologias no Brasil nos últimos quarenta anos, de vez que marcou profundamente o pensamento de esquerda no país: trata-se do viés populista-nacionalista de esquerda, matriz de tantos diagnósticos impregnados de ideologia reformista e que se mostrará à luz em todos os seus termos na primeira metade dos anos sessenta. O registro se faz enfático, na medida em que se está em face de uma das linhagens mais significativas do pensamento progressista — linhagem populista à qual Caio Prado Jr. dará combate, e não pela primeira vez, em 1966, com seu livro *A Revolução Brasileira*, para indicar os equívocos, se não mistificações. Vejamos.

Para Schenberg, os anos quarenta constituem o segundo período da história brasileira, e Volta Redonda pode ser tomada como símbolo.

“Com a expansão industrial o operariado aumentará em número e consolidará seu espírito. Tornar-se-á possível o reagrupamento dos elementos populares em volta do núcleo sólido do proletariado e começará uma era definitivamente democrática da política nacional” (p. 118).

Sua crítica, suficientemente funda para detectar o papel ideológico de certos sistemas sociológicos; para apreender o fascínio do intelectual pequeno-burguês pela cultura europeizada das classes dominantes; ou para aproximar pintores a “literatos populistas” (como Portinari e J. Amado; Tarsila e G. Freyre), discutindo o aristocratismo de formas de expressão em contraposição à atividade artesanal e popular, não o é bastante, entretanto, quando desce às mitologias de “alma do povo” (p. 122), da “alma brasileira” (p. 125). Para Schenberg, o surgimento de uma “cultura essencialmente brasileira” só poderá se dar com a emergência de

“intelectuais e artistas oriundos dos estratos mais profundos da população, que possuem a chave do sentido verdadeiro e trágico do folclore” (p. 124).

O conteúdo só seria captado por aquele que estivesse “identificado com as camadas do povo” que nele se expressam. Mas a visão em *etapas*, característica dessa matriz de pensamento, não deixará de estar presente em Schenberg, ao colocar como condição para a emergência desse novo estilo de expressão popular uma elevação do nível econômico das grandes massas, de modo a permitir

“o desenvolvimento de suas potencialidades latentes e a emergência das capacidades de seus filhos” (p. 124).

Nesse sentido, “povos como os do Brasil, México e Rússia deverão fornecer os cabedais de potencial anímico virgem que alimentarão o humanismo futuro” (p. 125).

Os modelos externos, as “frentes” de dinamização da história surgem em polos fortes, como México e Rússia. Mas a menção a *Macunáima* e a Tarsila, cujos níveis deverão ser, segundo ele, excedidos por aquele que mais se identificar com as “camadas do povo” deixam a desconfiança a respeito do ângulo pelo qual Schenberg atinge a noção de “cultura popular”. A “tradição popular”, em nenhum momento Schenberg a visualiza como possível fonte de formas de pensamento

conservador. A menção ao proletariado, e à consolidação de seu “es-
pírito” (melhor seria, de sua consciência de classe), bem como sua in-
tegração, com outros elementos populares, numa era democrática de
“política nacional”, conduz a um dos elementos básicos do reformismo
populista, e que estaria representado, nos anos seguintes, na política
nada internacionalista do P. C. . Reformismo que corresponde a im-
portante matriz de pensamento radical pequeno-burguês, populista, na-
cionalista, cujo traço teórico mais significativo transparece na visão da
história em etapas. Mas tal perspectiva não seria, ao contrário do que
Schenberg desejara, exatamente. . . historicista?

*

Observados em conjunto, vê-se nos depoimentos da *Plataforma*
que o preço pago à ideologia nacionalista foi alto. Schenberg, radical,
chegava a perceber os problemas de “dependência” e do “imperialis-
mo” (12). Mas a temática da “consciência nacional” parasitava seu
diagnóstico, empurrando o raciocínio para as pirâmides da ideologia
da revolução burguesa:

“A solução dos problemas nacionais depende portanto do
trinômio industrialização — reforma agrária — expansão do mer-
cado interno”. “Devemos seguir o exemplo dos Estados Unidos
que consomem 91 por cento de sua produção dentro do território
nacional”.

Numa palavra, a “existência nacional”, a “renda nacional”, a “cul-
tura da nação”, os “problemas nacionais” (p. 270) possuem, enquanto
traços de uma ideologia, no plano político o complemento indispensa-
vel: a utopia da União Nacional.

“O Brasil precisa de União Nacional, de uma União Nacional
cimentada com a adesão consciente e deliberada de todos atra-
vés de um pleito livre em que participem todas as correntes da
opinião nacional, todos os brasileiros que pensam e trabalham,
todos os que agora aqui se encontram como os que estão no
exílio ou nos cárceres políticos” (p. 271).

Nessa mesma ocasião, da *Plataforma* e do discurso de Schenberg,
paraninfo de uma turma que originalmente convidara Monteiro Loba-
to para patrono, falava pelos formandos Paulo Emílio de Sales Gomes:

(12). — Cf. *Anuário* da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da
Universidade de São Paulo, de 1939-1949, vol. I, 1953, Discurso de paraninfo
da turma de 1944, pp. 262 a 263.

em seu discurso, embora radical, pagava também certo preço ao modelo político projetado, na medida em que, ao procurar soluções para a “crise da nacionalidade” (p. 336), sugeria um governo com a representação das “oposições democráticas brasileiras”: um governo marcado por um

“carater nacional democratizador, que lhe dará não só poder, mas autohidade para dirigir um Brasil em guerra, e orientar a nação na volta à legalidade republicana” (p. 337).

Antônio Cândido, paraninfo da turma de 1947, fugirá desse diapasão nacionalista, provavelmente ampliado pela guerra, em que os setores progressistas confundiam e substituíam o conceito de “classe” pelo de “opinião nacional” (ou “opinião pública”), a noção de país pela idéia de nação, e de consciência de classe pela de “consciência nacional”, ou o modelo russo pelo norte-americano. Mais sóbrio, reconhece as agruras do ser docente em tempos como aqueles, tempos de transição em que os

“velhos ideais pedagógicos não mais funcionam, *quando não se criaram, ainda, sistemas ideológicos coerentes* para substituí-los” (13).

Não deslizando em nenhum momento para a reflexão sobre as raízes da nacionalidade, ou para os compromissos com a “consciência nacional”, faz profissão de fé no trabalho docente, na missão do professor (14). Ao contrário, aponta aos jovens colegas professores a situação estruturalmente ingrata de dependerem do governo, pelo fato de virem a exercer sua profissão no magistério oficial, e ao mesmo tempo terem, em várias ocasiões, o dever sagrado da crítica democrática, no “direito sagrado de oposição” (15).

(13). — *Idem*, p. 283, grifos meus.

(14). — O Discurso do Bacharel Florestan Fernandes, orador da turma de 1943, também parece fugir ao diapasão nacionalista, como o de Antônio Cândido. Apenas alguns trechos aparecem publicados no *Anuário*, sob o título “O Pensamento e as Reivindicações da Mocidade” (pp. 329 e 330). Pelos excertos, trata-se de busca de uma compreensão universal da cultura, e do combate aos “nacionalismos proteiformes”.

(15). — “Meus caros colegas — como vistes, não me quis permitir a pretensão de vos dar conselhos. Sugeri, apenas, algumas reflexões, como qual-quer homem de boa vontade em nosso tempo. Fi-las com a maior humildade intelectual, porque todas as dúvidas que supus em vós, sinto-as em mim e nos meus contemporâneos de Faculdade. Deixai-me dizer agora que os colegas mais velhos confiam em vós, porque soubestes, mais duma vez, dar provas de coragem e independência durante os anos de estudos. De todos os graduados da Universidade, sois com certeza os que mais dependem do governo, já que as vossas perspectivas de carreira estão delimitadas principalmente pelo magistério oficial. Não obstante, mais de uma vez — em 1945, em 1946 e em

* *

*

CARLOS GUILHERME SANTOS SERÔA DA MOTA. — Paulistano, 34 anos, formou-se em 1964 em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Fez cursos de Especialização nesta Faculdade e na Universidade de Toulouse (sob a orientação de Jacques Godechot). Publicou *Atitudes de Inovação no Brasil, 1789-1801* (Lisboa, Horizonte, 1970), obra prefaciada por Victorino Magalhães Godinho e *Nordeste, 1817* (São Paulo, Perspectiva, 1972). Coordenou duas coletâneas: *Brasil em Perspectiva* (1975, 5a. edição) e *1822: Dimensões* (1973). Tem no prelo (Editora Ática) sua tese de Livre-Docência: *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. Publicou artigos em revistas nacionais, como a *Revista de História* — de cuja comissão editorial faz parte — e internacionais, como *Annales Historiques de la Révolution Française*. Dirige equipe de pós-graduação em “História Social das Idéias no Brasil” desde 1971, já tendo proferido conferências em Universidades como as de Toulouse, Québec, Nova York, Illinois, Texas, México. Mais recente, foi convidado para lecionar como *Visiting Professor* na Universidade do Texas, em curso de pós-graduação e como *Visiting Scholar* na Universidade de Londres.

1947 — vos vimos protestar contra o governo, ataca-lo, incorrer na ira facil dos que detem o mando; com isto, demonstrastes o vosso amor pela liberdade de expressão e a vossa confiança na crítica democrática, assegurados no direito sagrado de oposição. Não vos mostrando conformistas nem acomodados, meus prezados colegas, destes a melhor garantia do vosso valor; destes um exemplo aos vossos condiscípulos mais jovens e registes contra o abuso do poder, que sendo a caricatura de tirania, é frequentemente o seu prenúncio”. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” (pp. 288/289).